CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

PROCESSO N°: 354/69 - CEE

INTERESSADO: FMVA DE JABOTICABAL

ASSUNTO : Realização de exames de 2ª chamada a alunos do 7º semestre do curso de Agronomia considerada faltosos em exames de 1ª chamada.

RELATOR : Conselheiro ADEMAR PREIRE MAIA.

P A R E C E R N° 188/69 CES

1. A FMVA de Jaboticabal informa este Conselho a respeito de resolução tomada pelo Conselho Departamental ao julgar solicitação dos alunos matriculados no 7º semestre letivo, e solicita "um pronunciamento a respeito do assunto" (fls. 2)

2. Preliminarmente, o relator é de parecer que não cabe a esta CES referendar os atos e resoluções originários dos órgãos colegiados dos Institutos sob sua jurisdição, mas apenas julgá-los em grau de recurso ou então analisá-los sob a forma de consulta. Esta última parece ser a forma com que se apresenta o presente processo à consideração do relator.

3. Em resumo, o problema pode ser assim apresentado:

3.1. A Comissão de Ensino havia marcado a 1ª prova bimestral da Disciplina de Economia Rural para o dia 31 de março; (fls. 7 e 8)

3.2. No dia anterior, os alunos encaminharam ao Professor da Disciplina um abaixo assinado, solicitando o adiamento da referida prova, sob o argumento de "falta de condições de estudo, segundo justificativa apresentada pela Bibliotecária"; (fls.6)

3.3. Realmente, consta do processo (fls.5) um ofício da Bibliotecária da Faculdade, dirigido ao Professor da Disciplina, em que se pode ler que (a) o Professor havia decidido, em 24 de março, que os 15 volumes do livro-texto adotado, e existentes na Biblioteca, deveriam ser retirados pelos 41 alunos do 7º semestre por apenas um dia cada um, de modo a permitir que todos eles tivessem a oportunidade de se preparar convenientemente para a prova; (b) acontece, no entanto, que os livros emprestados não foram devolvidos no prazo estipulado, o que prejudicou vários alunos que se apresentaram à Biblioteca para estudar, inclusive no sábado e domingo;

3.4. Tomando conhecimento do ofício da Biblioteca ao Professor de Economia Rural, a Comissão de Ensino fez, em resumo, as seguintes considerações, antes de encaminhar o processo para deliberação pelo Conselho Departamental (cf. fls.4): (a) Se houve falta de condições de estudo, ela seria resultante de falta dos próprios alunos, não devolvendo os livros nos prazos estipulados; (b) Uma Biblioteca não precisa ter um livro para cada aluno, sendo razoável o número de 15 livros para 41 alunos; (c) Antes da prova, o Professor recomendou aos alunos que comparecessem à prova, e que as responsabilidades pela falta seriam dos mesmos;

3.5. O Conselho Departamental, depois de discutir o assunto, aprovou a seguinte proposta (fls. 3): (a) conferir grau zero a todos os alunos, na 1ª chamada da prova; (b) convocar os alunos para realização de uma 2ª chamada; (c) considerar como nota da 1ª prova bimestral a média aritmética entre as notas das 1ªs. e 2ªs. chamadas.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

4.1. Nenhuma Faculdade tem a obrigação de colocar a disposição de seus alunos todos os livros textos adotados em seus cursos, e muito menos em número equivalente ao número de alunos. Essa ressalva naturalmente não interfere, de forma alguma, com a responsabilidade de manter e promover o desenvolvimento de uma Biblioteca de alto nível, atualizada e, tanto quanto possível, completa.

4.2. No entanto, no presente caso, a Faculdade (ou, mais especificamente, o Professor da Disciplina) assumiu o compromisso de colocar os livros à disposição dos alunos, de tal forma que todos eles tivessem possibilidade de consultá-los. E de se depreender que livro texto indicado é de fundamental importância para o bom aprendizado da matéria, e conseqüentemente, para a realização de uma boa prova.

4.3. O fato de alguns alunos não terem cumprido com seu compromisso de devolver os livros no prazo estipulado não pode ser invocado como argumento de que a falta de condições de estudo é resultante da falta dos próprios alunos. Mais corretamente, dever-se-ia dizer que "a falta de condições de estudo de alguns alunos é resultante de falta de outros alunos. Aqui, como em qualquer lugar seria inconcebível que os "inocentes" pagassem pelos "pecadores".

4.4. A bibliotecária naturalmente não pode ser responsabilizada pela irregularidade, pois é natural que ela não tenha condições de assegurar a devolução de livros na data marcada. Quanto aos alunos infratores, no máximo poderiam sofrer alguma sanção ou multa prevista no regulamento da Biblioteca. Esse aspecto, porém, foge do problema central do presente processo.

4.5. A petição dos alunos, solicitando o adiamento da prova, foi feito dentro do prazo "máximo de 48 horas" estabelecido pela própria Comissão de Ensino (fls. 7), haja vista que foi feito no dia anterior da data marcada para a prova, ou seja, com cerca de 24 horas de antecedência, e, portanto, dentro do prazo máximo de 48 horas.

5. PARECER

Vindo este processo à CES em: forma de consulta, e não em grau de recurso, não cabe uma deliberação a respeito. No máximo, o relator poderia apresentar uma sugestão para solução do problema, sugestão essa que se consubstanciaria nos seguintes itens:

5.1. A Faculdade poderia convocar os alunos para a realização de uma 2ª chamada da prova, tornando sem efeito a 1ª chamada;

5.2. A data da prova deveria ser marcada com uma razoável antecedência, tomando-se todas as medidas para que fique assegurado, a cada aluno, o direito de estudar no livro texto adotado;

5.3. A prova deveria envolver também a matéria ministrada posteriormente à data de realização da 1ª chamada.

5.4. A fim de se evitarem novos problemas, a Faculdade poderia constituir uma banca examinadora, composta de 3 (três) professores e presidida pelo Professor da Disciplina em apreço.

5.5. Eventualmente, outras normas ou resoluções poderiam ser adotadas, a fim de se assegurar o normal desenvolvimento da prova.

Em 10 de maio de 1969.

a) Cons. ADEMAR FREIRE MAIA
Relator